

SECRETARIA MUNIC. DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, TRABALHO, CIENCIA E TECNOLOGIA  
GERENCIA DE LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES ECONOMICAS

## ALVARA DE LOCALIZACAO E FUNCIONAMENTO N.: 00856/2017 - SEDETEC

Tendo em vista o cumprimento das exigencias do Codigo de Posturas de Goiânia, conforme Termo de Vistoria Fiscal, exarado no Processo N. 66910997 e concedido o presente Alvara de Localizacao e Funcionamento a:

RAZAO SOCIAL : JESPEL COMERCIO DE PAPIIS LTDA - ME

Inscricao do Cae: 4259076

Endereco : R 61 N. 38

QD. 126 LT. 29 COMPL. 1 ANDAR SAL 01

Setor : SET CENTRAL

Denominacao : JESPEL

Atividades : COMERCIAL , PRESTACIONAL

CNAE 464780200 Comercio atacadista de livros, jornais e outras publicacoes

432230200 Instalacao e manutencao de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilacao e refrigeracao

433040400 Servicos de pintura de edificios em geral

462310600 Comercio atacadista de sementes, flores, plantas e gramas

463970100 Comercio atacadista de produtos alimenticios em geral

464190200 Comercio atacadista de artigos de cama, mesa e banho

Observacoes : OUTRAS ATIVIDADES NO USO DO SOLO 71041301

CNAE 462310600,46397010 TRATA-SE DE ESCRITORIO

Area Total Ocupada em m2: 15,00 Certif. de Aprov. do Corpo de Bombeiros: 98687/2017 Alvara Sanitario No.: 275434/17

Horario de Funcionamento: Dias Uteis: 08:00 as 18:00 Sabados: 08:00 as 13:00 Domingos: ..... as ..... Feriados: ..... as .....

Goiânia, 28 de Agosto de 2017.

Emerson Esteves Brito

Gerente de Lic. de Ativ. Economicas

Elcisa Helena Fernandes de Lima

Diretor Desenv. Economico Sustentavel

Mackwell Novais Ferreira

Secretario

Este Alvara devera permanecer no estabelecimento em local visivel e tera validade enquanto nao se verificar mudanca de ramo e nao ocorrerem alteracoes nas caracteristicas essenciais constantes neste documento. (Art. 112 - Lei Complementar 014, de 29/12/92).



DUAM

<http://www.goiania.go.gov.br/sistemas/scarr/asp/scarr32000f0.asp>**PREFEITURA DE GOIANIA  
SECRETARIA DE FINANÇAS****D.U.A.M. - DOCUMENTO UNICO  
DE ARRECADACAO MUNICIPAL**

CONTRIBUINTE <b>JESPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME</b>		COD DEBITO: 000000425907621192020000	
INSCRICAO CADASTRAL <b>000.0425 9076</b>	CPF/CNPJ <b>25.207.083/0001-15</b>		
ENDERECO <b>R 61 QD. 126 LT. 29 NR. 38 COMPL. 1 ANDAR SAL 01 SET CENTRAL GOIANIA - GO CEP 74000-000</b>			
TRIBUTO <b>2119 - TAXA DE LICENCA PARA FUNCIONAMENTO (ESPONTANEO)</b>			
REFERENCIA <b>00/2020</b>	VENCIMENTO <b>20/01/2020</b>	EXERCICIO <b>2020</b>	PARCELA <b>0</b>
		EMISSAO <b>16/01/2020</b>	
INFORMACOES INIC.ATIV.: 14/07/2016 NUMR EMPREGADOS : 9			
VALIDADE <b>20/01/2020</b>	QUANTIDADE DE UFIR *****	VALOR A RECOLHER ***** <b>378,22</b>	TAXA DE EXPEDIENTE ***** <b>0,00</b>
MULTA ***** <b>0,00</b>	JUROS ***** <b>0,00</b>	DESCONTOS ***** <b>0,00</b>	TOTAL A PAGAR ***** <b>378,22</b>
MENSAGENS VALORES ORIGINAL E TOTAL EM REAL TAXA DE LICENCA PARA FUNCIONAMENTO (ESPONTANEO)			

VIA CONTRIBUINTE

86860000003-6 78220161209-6 22020012001-5 61009518300-6

16/01/20-WEB

INFORMACOES PARA USO EM PROCESSOS	
CONTRIB. : JESPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME	
INSCRICAO : 425.907-6 CNPJ/CPF: 25.207.083/0001-15	
RUBRICA : 2119 ANO : 2020 PARCELA : 0	
ESPECIFICACAO: TAXA DE LICENCA PARA FUNCIONAMENTO (ESPONTANEO)	
TOTAL A PAGAR: 378,22	
***** 1 VIA DO DOCUMENTO *****	
NUMERO UNICO DE PROCESSAMENTO DUAM: 20012001610095183	
EMITIDO NO SISTEMA EM 16/01/2020 AS 13:52	

VIA PROCESSO

86860000003-6 78220161209-6 22020012001-5 61009518300-6

16/01/20-20/01/20-WEB

cortar aqui

Loterias CAIXA	
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	
QUINA: sorteios de segunda-feira a sábado, Ap	
020-592339279-4	
20/JAN/2020	HORA DE 14:44:29
LOT. 08.013225-1	TERM 019628
LOCALIDADE: GOIANIA	
AG. VINCULADA: 1550	
COMPROVANTE DE PAGAMENTO	
PM GOIANIA-SEC FINANÇAS TESOUR	
VALOR DO PAGAMENTO: 378,22	
868600000036 782201612096	
220200120015 610095183006	
020-592339279-4	
1ª VIA	
Loterias CAIXA	



## PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

*Gabinete do Desembargador Gilberto Marques Filho*

Valor: R\$ | Classificador: VISTA AO PGE  
Ação Direta de Inconstitucionalidade  
ÓRGÃO ESPECIAL  
Usuário: - Data: 09/09/2020 10:08:52

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – AUTOS N.  
5138895.29.2020.8.09.0000**

### ÓRGÃO ESPECIAL

**Requerente : PARTIDO SOCIAL LIBERAL - PSL**

**Requerido : MUNICÍPIO DE GOIÂNIA E OUTRO**

**Relator : Des. Gilberto Marques Filho**

## VOTO

Consoante relatado, trata-se de ação direta de inconstitucionalidade proposta pelo **PARTIDO SOCIAL LIBERAL - PSL**, com pedido de medida cautelar, tendo em vista os arts. 99 e 113, bem como as tabelas I, I-A, II, II-A, IV, do anexo I, todos da Lei Municipal n. 5.040/1975, que institui o Código Tributário do Município de Goiânia.

Indica na polaridade passiva o Município de Goiânia e Câmara Legislativa Municipal.

O questionado art. 99 está assim redigido:

***“Art. 99. As taxas serão calculadas de acordo com as tabelas em anexo, que fazem parte integrante desta Lei.***

***Parágrafo único. O valor da Taxa de Licença para Funcionamento, corresponderá a 80% (oitenta por cento) do valor estabelecido para a Taxa de Licença para Localização.”***

Por sua vez dispõe o art. 113:

***“Art. 113. A taxa será calculada de acordo com a tabela anexa, que faz parte integrante desta Lei.”***

Segundo o requerente, a inconstitucionalidade reside no fato de que as tabelas mencionadas nesses artigos empregam como base de cálculo do tributo o número de empregados ou o ramo de atividade.

Diz que tais critérios não correspondem ao custo real das atividades e não possuem relação com a atuação estatal, violando o disposto no art. 102, II, da Constituição do Estado de Goiás.

Assevera, também, que a matéria foi apreciada pelo Supremo Tribunal Federal, que reputou inconstitucional a cobrança de taxa de fiscalização e funcionamento que tem por base de cálculo o número de empregados ou ramo de atividade exercida pelo contribuinte.

Cita, também, no mesmo sentido a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

Assim, alega que estão presentes os requisitos para concessão da tutela de urgência. O “fumus boni iuris”, por força da legislação e jurisprudência colacionadas.

A concessão de medida cautelar na órbita da ação direta de inconstitucionalidade está sujeita ao preenchimento dos requisitos legais, quais sejam o “fumus boni iuris” e o “periculum in mora”, traduzidos, respectivamente, na probabilidade do direito alegado, e na possibilidade de ocorrência de dano grave, de difícil ou impossível reparação decorrente do retardamento da entrega da prestação jurisdicional.

A ausência de qualquer deles torna inadmissível a concessão da tutela de urgência.

Então, importante destacar que esses requisitos devem estar demonstrados de plano e simultaneamente de maneira que o julgador não tenha dúvidas quanto à viabilidade de se conceder o provimento pretendido.

No caso, tem-se que estão presentes os requisitos legais. O “fumus boni iuris” se destaca pela jurisprudência colacionada no sentido da tese sustentada pelo requerente.

O “periculum in mora” reside na inconveniência de se manter plenamente em vigor a cobrança de taxas possivelmente ilegais, com geração de despesas ao empresariado, num momento de crise econômica evidente que assola o país inteiro.

**PELO EXPOSTO**, defiro a medida cautelar para suspender a eficácia, com

efeito “ex nunc”, dos arts. 99 e 113, bem como as tabelas I, I-A, II, II-A, IV, do anexo I, todos da Lei Municipal n. 5.040/1975, que institui o Código Tributário do Município de Goiânia.

Nos termos do art. 6º da Lei nº 9.898/99, c/c § 3º do art. 60 da Constituição do Estado de Goiás, citem-se o Chefe do Poder Executivo do Município de Goiânia e o Presidente da Câmara de Vereadores desta mesma municipalidade, para, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentarem defesa dos dispositivos legais ora questionados.

Após, também para a mesma finalidade, cite-se o Procurador-Geral do Estado de Goiás.

É o meu voto.

Goiânia, datado e assinado digitalmente.

**GILBERTO MARQUES FILHO**

Relator

